



## **REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FATERN/UNISOL COM O PROJETO *CONSOLIDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MARICULTURA DE PITANGUI***

Winifred Knox  
Suzana da Cunha Joffer

### *Introdução*

O projeto chamado inicialmente de “Consolidação da AMP” é um projeto de extensão da IES FATERN, criado e coordenado até Junho/2010 pela professora Dra. Winifred Knox. O projeto foi aprovado no 12º concurso realizado pelo UNISOL e Banco Santander/2009, entre os 10 selecionados de centenas de outros concorrentes, e teve a doação, a fundo perdido, de 40 mil reais para serem gastos no ano de 2010 com ações para consolidar a, então AMP. Seguindo os princípios do concurso, sustentabilidade e geração de renda, as ações propostas envolvem cursos e oficinas para instrumentalização e capacitação profissional dos seus associados e a melhoria de seu produto (sabão, sabonetes, xampus com extrato de algas).

A AMP iniciou-se em 2007 como *Projetos da Associação de Maricultura de Pitangui (AMP)*, fruto do movimento comunitário local com maricultoras artesanais da zona litorânea de Extremoz/RN. No ano de 2010 a Associação resolveu que, para caracterizar adequadamente sua identidade com suas práticas econômicas, seu nome deveria passar a ser Associação de Maricultura e Beneficiamento de Algas de Pitangui – AMBAP que conta com 17 associados, sendo 15 mulheres e dois homens.

O processo de consolidação tem como objetivos o desenvolvimento de tecnologias de beneficiamento do produto cultivado, formação de oficinas para a capacitação do grupo de pescadoras e pescadores, estudos de viabilidade de comercialização de subprodutos com ênfase em dermicultura, produtos de limpeza, em processos e produtos alimentícios. Ao dispor dessa possibilidade de geração de renda, o projeto visa à redução do êxodo rural, do desemprego, da desagregação familiar e a valorização do papel feminino na geração de renda e na participação da organização comunitária.

A praia de Pitangui é uma das varias praias encantadoras do litoral do RN. Pitangui tem características especiais pelo fato de ter mantido ao longo de sua história essa forte ligação econômica e cultural da população nativa com as atividades pesqueiras, ao contrário de outras praias litorâneas no RN e no Nordeste, a pesca no local, ainda continua sendo o principal sustento



de boa parte das famílias, ocupando direta e indiretamente, mantendo valores e práticas sociais, que vão perpassar as relações cotidianas da organização social, marcando a identidade sociocultural local.

A principal atividade econômica da pesca em Pitangui subdivide-se na pesca da lagosta entre maio e dezembro, nos meses sem a proibição (o Defeso); a pesca de peixe por linha principalmente na época do defeso, entre dezembro e abril; a coleta de algas pelas mulheres nos arrecifes de arenitos dispostos pela praia, no período do estio, entre outubro e fevereiro; e agora, com este grupo de mulheres maricultoras, surgiu uma nova forma de exploração e uso da fauna aquática que se dá através de uma plantação marinha em viveiros, e a extração das algas periodicamente. Esta última atividade tem a sazonalidade ligada às marés, mas independe da ausência das chuvas (o estio). São cultivadas as algas da espécie *Gracilarea* para a utilização na produção, na sede da associação, do extrato de algas que agregado a outros elementos da fitoterapia local, constituem uma linha de produtos de limpeza e cosmetologia. Deste modo, espera-se agregar valor ao trabalho realizado, há mais de 30 anos no local, de extração de algas *Hypnea* dos arrecifes dispostos pela praia e ampliar a renda das coletoras, que com a plantação em oito balsas, adotam procedimentos ecologicamente sustentáveis.

#### *As práticas sociais do universo pesqueiro estudado*

A pesca na localidade para continuar sendo uma atividade de sustento de várias famílias passou por um processo de modernização da frota de barcos, dos instrumentos utilizados, o que causou uma modificação na atividade pesqueira. A atividade agora está mais voltada para o mercado e mais agressiva ao meio ambiente. Também fez com que os homens pescadores tenham que ficar mais tempo no mar, a maioria passa de 4 a 10 dias pescando em alto mar. Somente os homens vão para o alto mar e às mulheres pescadoras (coletoras de algas, marisqueiras e maricultoras) é reservado o chamado *mar pequeno*, ou beira-mar.

As mulheres, portanto, têm uma importância central e redobrada na família, devido aos períodos de ausência dos companheiros, exercendo atividades de gerenciamento da economia doméstica, organização da casa e acompanhamento dos filhos, cabendo a elas alicerçar uma rede de solidariedade na comunidade.

As mulheres pescadoras do *mar pequeno* têm, há várias dezenas de anos, sua atuação de coleta e venda controlada pelo presidente da Colônia de Pescadores, onde são registradas como pescadoras, mas o preço que recebem pelo quilo pescado, seco e tratado, é muito baixo, por volta de



50 centavos. Apesar disso, elas dizem que exercem esta atividade porque podem ajustar o seu exercício aos horários pessoais comprometidos com a administração e execução das atividades domésticas.

Dentro de um conjunto de práticas sociais e valores locais podemos sinalizar a importância das relações de parentesco na pesca artesanal como critério básico da formação da tripulação dos barcos e como fundamento da ordenação das relações sociais intra e extra familiar. A descendência pela linhagem masculina assim como o reforço do lado paterno do esposo na escolha da moradia dos novos casais provoca uma condição de domínio das esposas de pescadores, mesmo quando os mesmos estão ausentes, pelo conjunto de relações familiares, como mostram alguns estudos (COLLE, 2000, MALUF, 1993), mas por outro lado a aliança entre mulheres provocada pelos consecutivos períodos de ausência.

#### *Caracterizando a AMBAP*

A maioria é nascida em Pitangui (a presidente e o vice-presidente são paulistas de nascimento), a maioria é moradora há mais de 10 anos no local (Carlos, o vice-presidente mora na localidade há menos de sete anos); a maioria das mulheres é casada ou mora com um companheiro (uma é separada); a maioria tem mais de 30 anos (a líder e outra associada têm menos que 30 anos); a maioria fez o ensino fundamental básico I e quatro são analfabetas.

Há um consenso geral de que a maioria dos maridos não apóia o trabalho delas ou pelo menos não acredita que o esforço delas será revertido em um negócio ou na geração de alguma renda. Somado à falta de apoio elas reclamam da falta de prestígio ou desvalorização do papel feminino. Enfatizam bastante o fato de serem guerreiras acima de tudo e todos os obstáculos, já que percebem no projeto uma forma de mostrar suas capacidades para o empreendimento e autonomização, uma forma de melhorar a autoestima e consagrar a identidade feminina resgatada no aspecto positivo e protagonizante. Simbolicamente, parece que a ideia do produto dos sabonetes é bastante representativa deste movimento já que das algas, que na cultura local é tida como cisco ou lixo, se extrai o substrato para sabonetes perfumados que limpam e embelezam o ambiente e as pessoas.

O grupo tem uma identidade social coletiva forte, as mulheres são unidas e agem conforme o combinado coletivamente. Mas isso gera a ideia dos “de dentro” (nós, mulheres maricultoras do beneficiamento do sabonete) e dos “de fora”, todos os “outros”, os que são de fora do grupo, de fora da comunidade, da IES encarregada do Projeto de transferência de tecnologia. È comum o “grupo



de dentro”, muitas vezes no movimento de autonomização, ficar defensivo e/ou desconfiado frente às intervenções dos “de fora”. Isso causa certo isolamento dentro da própria comunidade e em determinadas redes políticas o que tem dificultado o crescimento da AMBAP frente às articulações locais, regionais, assim como também o trabalho com alguns técnicos. Mas por outro lado, esta tem sido a forma de manterem o processo no seu controle segundo suas expectativas, vontades e possibilidades.

Em palestra e em conversa expositiva a líder já afirmou que o vice-presidente, Carlos, “é o cérebro da associação”. Esta afirmação poderia ser compreendida como a reprodução da dominação masculina que tanto querem superar nas suas relações domésticas e sociais. Mas em conversa com elas sobre isso elas garantiram que embora ele dê as idéias, são elas quem decide. Isso significa que elas confiam nele e percebem o capital cultural dele, embora decidam em quem confiar e qual caminho tomar. Talvez, apesar de difícil, ao fim de um ano de trabalho, elas estejam tão autoconfiantes com o seu trabalho que se reconheçam como exercendo estes diversos papéis sendo ora o cérebro da associação, ora os “braços”, afirmando e agindo menos defensivamente e mais autonomamente.

A maioria tem renda familiar somando um salário mínimo (aposentadorias e, transferências governamentais como o bolsa família, estão presentes em 13 das 15 rendas familiares); a maioria delas tem casa própria.

Elas se reúnem semanalmente. Todas conhecem o trabalho em suas várias etapas, dividem-se em equipes, uma equipe da “maré”, outra do “beneficiamento”, que de modo geral, respeitando determinados limites, se revezam.

A equipe da maré vai semanalmente verificar as balsas no mar, se reveza de 15 em 15 dias para limpar os viveiros e fazer pequenos consertos nas redes. De tempos em tempos (entre 30 a 40 dias) há um esforço maior, envolvendo mais componentes da equipe, para a coleta das novas algas. Essa mesma equipe leva as algas coletadas e armazenadas em sacos (em torno de 10 quilos por vez), carrega geralmente nas costas, da praia para a casa de uma das componentes responsáveis pela secagem das algas, o que envolve lavá-las, depois colocá-las em cima de palhas de coqueiros espalhadas no quintal, revolvê-las de tempos em tempos para que a secagem seja homogênea e não haja proliferação de fungos com a umidade.

Sobre este aspecto, para melhorar a higienização do processo de secagem, foi pensado a compra de telas que funcionem como prateleiras suspensas, para a secagem correta e homogênea das algas. Quando o conjunto de algas extraídas está seco, é armazenado para a utilização posterior



no beneficiamento.

O extrato das algas proporciona o Agar utilizado na indústria alimentícia e de cosméticos. Desde novembro de 2009 elas têm utilizado o extrato de algas na elaboração de doces com muito sucesso e sabor reconhecido pela demanda de pedidos. Porém doces e sabonetes não podem ser feitos no mesmo lugar nem na mesma hora.

Todo este processo é feito de modo artesanal, análises laboratoriais das propriedades físico-químicas dos produtos secos ou ativos começam a ser feitos pela IES.

A maioria não tem decorado a “receita” de beneficiamento dos sabonetes e dos doces. Como o processo de trabalho ainda não é sistematizado, havendo produção conforme a possibilidade de escoamento da mesma, a rotina de trabalho geral varia e se adéqua às necessidades e disponibilidades domésticas de cada um, havendo uma flexibilidade de horários e de tempo de produção, o que de modo geral, é característica dos processos artesanais de produção pré-capitalistas (BOURDIEU, 1979). Mas há um planejamento coletivo e metas mínimas a serem cumpridas, caso não forem realizadas, há uma avaliação coletiva podendo até haver punição, como uma multa (mais ou menos quatro reais). Quando há uma venda significativa da produção, coisa que aconteceu duas vezes nesses 10 meses de acompanhamento (uma em dezembro/09 com a venda das algas vivas para uma empresa baiana, outra com a venda de doces para a EMATER), o resultado das grandes vendas do produto é dividido por 18 partes iguais e distribuídas entre os 17 membros da AMBAP e a outra para a caixa coletiva da AMBAP. Fora esses dois períodos eles têm vendido em feiras, mas têm juntado o dinheiro na caixa coletiva, subtraindo os gastos de passagem ou outros em acordo coletivo.

Com a formalização da AMBAP, em breve registrada em cartório, designaram-se formalmente os cargos da diretoria e conselho fiscal. O estatuto organizado baseou-se em um conjunto de normas já utilizadas por eles para orientar os procedimentos coletivos.

#### *O Processo de autonomização da AMBAP e das mulheres envolvidas*

O maior desafio da AMBAP é a sua consolidação com independência e autonomia através de sua formalização como pessoa jurídica, sua autogestão financeira com a melhoria de todo o processo de produção, a ampliação da renda das associadas e o exercício de praticar um desenvolvimento sustentável. Frente às mulheres membros da AMBAP, a intenção do projeto é estimular o protagonismo feminino no movimento comunitário e na comunidade, estimulando a autoestima e autovalorização.



É interessante notar que as mulheres estão em maioria no conjunto das ações realizadas, na AMBAP, e no projeto pela IES. A própria IES embora empresa mista privada e familiar, tem em seu cargo central uma mulher, assistente social, o que explica a importância dada pela instituição ao projeto, mesmo sem sua participação econômica, no sentido de não remunerar a extensão universitária dos professores e estudantes do projeto.

### *A Interdisciplinaridade*

O isolamento dos saberes e a fragmentação dos mesmos na Ciência Moderna têm de modo geral se aprofundados, nos últimos três séculos. Há, no entanto, alguns pensadores que buscando o caminho da filosofia ou de uma percepção mais holística da construção da realidade social tem enfatizado a necessidade da rejunção dos saberes (MORIN, 1996) de uma sociedade mais aberta onde o conhecimento científico seja menos excludente e abranja formas de sabedoria advindas, por exemplo, de um “pensamento selvagem” (LEVI-STRAUSS, 1989).

Além disso, o estatuto do cognoscente coloca aquele que conhece em um patamar superior àqueles que estão na *doxa* ordinária (SANTOS, 1988, 1989) carregando de onipotência e etnocentrismo o conhecimento produzido pelo método científico, mesmo quando o despojamento e o dialogo é aplicado.

Assim diante desta segmentação do conhecimento científico na construção das realidades sociais fez com que o projeto procurasse através da extensão universitária, a interdisciplinaridade, agregando alunos de diferentes cursos, mas além das dificuldades acima descritas pode-se dizer que uns dos grandes obstáculos a ser superado são também a soberba e a vaidade, no sentido de que é preciso que o conhecimento científico, aquele produzido nos laboratórios, nos livros e na academia, não se considere dono da Verdade, nem *iluminado* pela fórmula *milagrosa de sucesso*.

### *Gênero e Subjetividade*

Estudos acerca da realidade da atividade maricultora, demonstram que essa prática se aproxima das noções que se tem construído sobre o trabalho reprodutivo ou doméstico (ÁVILA, 2009).

Hoje as mulheres pescadoras são categorizadas como trabalhadoras da agricultura familiar, fato este que apenas reforça a idéia da naturalização do trabalho doméstico como complemento e não como atividade profissional.



Uma possível explicação para a naturalização desses papéis de gênero encontra-se na análise de que a atividade maricultura remonta a vida privada. A mulher cabe no seu cotidiano se responsabilizar pelos afazeres, horários e determinações da vida doméstica, organização e administração do lar e da vida familiar.

Ao homem cabe a atividade pública, o trabalho fora de casa o qual gera a renda familiar. A atividade desenvolvida por estas mulheres é vista ainda dentro do caráter de complementaridade a renda da família, e a realização da coleta de algas se dão em horários que não prejudiquem a vida familiar.

Segundo Bourdieu (1999), a discussão dos espaços público e privado esconde a relação de poder e dominação de gênero, na qual as mulheres podem ir a público, mas não podem dominar esses espaços e nem serem sujeitas dele. No discurso das próprias pescadoras encontra-se muito presente essa relação de dominação quando afirma que o homem é a “cabeça” da relação, ele traz as idéias, mas cabe a elas decisão de que ação será tomada pelo casal ou pela família. Ou seja, as idéias devem partir do homem, embora elas tenham o poder de escolha, aos olhos da sociedade tudo parte do marido, reforçando as relações de poder dentro da família. Talvez uma espécie de *artimanha feminina* para lidar com o suposto lugar de sua feminilidade que diz que ela não pode ser o chefe, a cabeça da família, mas de fato e na prática o é quase totalmente, seja na administração das relações sociais, dos recursos e das práticas.

A história de vida dessas mulheres em geral, se dá desde cedo no trabalho dentro da casa dos pais ou mães ajudando nos afazeres domésticos e na pesca. Acompanhando os pais na pescaria e ajudando a carregar o pescado. Costumam vender nas ruas ou entregar encomendas. Durante a juventude é o momento em que encontram um parceiro e logo se vêem grávidas, passando a morar em suas casas ou na de algum familiar, em geral, do marido, ambiente no qual se tornam somente donas de casa ou acumulam a função da pesca para ajudar na sobrevivência da família.

Na Constituinte de 1988 as mulheres pescadoras tiveram presença marcante e desde 2004 têm se organizado enquanto movimento social pelo reconhecimento enquanto pescadoras e pelos direitos profissionais. Poucas têm o reconhecimento de pescadora por parte dos homens, devido ao pequeno rendimento gerado por essa atividade ainda desacreditada por parte de seus companheiros. Seu ritmo de vida é o da maré, ou seja, o trabalho produtivo orienta o tempo doméstico para conseguir ganhar algum dinheiro.

Faz-se necessário compreender que o momento que antecede a prática da coleta, requer dessas mulheres o preparo para que tudo esteja bem dentro do lar durante a sua ausência, o almoço





deve estar pronto, as roupas lavadas e passadas, as crianças bem orientadas para o novo dia letivo, bem como o cuidado com os idosos (as) quando existem dentro da família.

Toda essa proximidade entre trabalho doméstico e produtivo acarreta a ausência de reconhecimento na unidade doméstica ou entre pescadores, de que o trabalho de todas essas mulheres possa ser categorizado como pesca profissional artesanal.

É importante assinalar que o processo de organização das pescadoras tem sido viabilizado, principalmente em torno de alternativas de geração de trabalho e renda. Mesmo considerando a resistência por parte de seu companheiro, elas buscam conquistar espaços profissionais, afirmar sua identidade e assumir a luta pela sustentabilidade da pesca artesanal e pela sobrevivência das comunidades pesqueiras.

Outro fato importante a ser destacado é a ausência de Políticas Públicas que considerem suas especificidades enquanto mulheres, trabalhadoras e donas-de-casa, que vivem da pesca e lutam para ter acesso às colônias, ao crédito e para reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Como citado anteriormente, a reprodução da hierarquia de poder evidencia-se no momento em que os pescadores ainda dominam o espaço público e área de poder, as colônias e o mar, pois o trabalho das pescadoras, não é visto como atividade pesqueira, mas como extensão do trabalho doméstico, pela diversidade e por ser realizado em regime de atividades familiares.

Através de pesquisas realizadas com as mulheres pescadoras da comunidade de Pitangui – RN (KNOX, 2009) também se revela a reprodução da hierarquia dos gêneros. A representação social do que é ser pescadora entre elas, entre organizações da categoria e do Estado contribuem para o não reconhecimento social da identidade profissional.

Neste sentido, segundo Bordieu (1999) é necessário reconstruir a história das estruturas objetivas da dominação masculina, uma possível “história das mulheres” tem que dar lugar a história dos agentes e das instituições que reproduzem a hierarquia dos gêneros e garantem essas permanências.

Alguns aspectos desta dominação, da reprodução e permanência desta hierarquia podem ser observados na atividade pesqueira mesmo diante do crescimento da elaboração de políticas públicas para o setor e da participação das mulheres nos movimentos da categoria.

As mulheres pescadoras ainda encontram dificuldade de acesso as políticas; o pescador encontra-se em geral em maioria numérica no espaço de poder da categoria, as colônias de pescadores e, o trabalho produtivo realizado pelas pescadoras, não é visto como atividade pesqueira, ou seja, pescadora não pesca, pois quase sempre, o trabalho das mulheres pescadoras é realizado





junto ao grupo familiar nos estuários, mangues e praias e não em “alto mar”, visto como espaço dos homens.

Vale ressaltar que estudos como o de Motta - Maués (1999), em seu trabalho intitulado *Pesca de Homem/Peixe de Mulher?: Repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras* evidenciam a ausência de estudos que tenham como foco central a mulher e as relações de gênero na pesca. Segundo a autora, se faz necessárias leituras como a de Woortmann (1992) que nos reporta a comunidades pesqueiras e a posição dos gêneros a classificação do espaço, opondo o mar a terra, como essencial para a identidade do grupo como um todo, e corresponde à oposição homem/mulher. Ela não é uma oposição simétrica, mas hierárquica, pois implica relacionar a parte com o todo. Mais que uma oposição lógica, sendo esta uma oposição ideológica.

O homem em sua atividade pesqueira representa o completo, porque representa a comunidade total, pois a identidade masculina constitui a identidade do grupo. Segundo Motta - Maués apud Woortmann (1999, pg. 385):

De uma maneira geral, os estudos de comunidades “pesqueiras” tendem a privilegiar os atores sociais masculinos, e o ponto de vista do homem.

O discurso do pesquisador como que replica o discurso público dessas comunidades, cuja identidade se constrói sobre a atividade da pesca, concebida como masculina. Relega-se, assim, ao silêncio, as atividades femininas, mesmo quando estas contribuem substancialmente para a subsistência da comunidade. Isto significa que se ignora uma parte importante das atividades econômicas daquelas comunidades, isto é, a agricultura e a coleta. Ignora-se também os agentes sociais dessas atividades – a metade feminina das comunidades. E significa também que se deixa de lado uma parte do ambiente sobre o qual atuam esses grupos. Privilegiando o mar, desconhece-se a terra.

É preciso que se considere o peso dessa invisibilidade do trabalho feminino na pesca, que junto a outros mecanismos existentes na sociedade capitalista reforçam a dominação de gênero nesse espaço e permitem que se perpetue a submissão feminina e as barreiras sociais que se colocam diante dessas mulheres.

### *Referências Bibliográficas*

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Presença, 1989.

\_\_\_\_\_. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

COLLE, S. *Women of the praia: work and lives in a Portuguese coastal community*. Princeton: Princeton University, 2000.



LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papyrus, 1989.

MALUF, S. *Encontros noturnos: bruxas e bruxarias da lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOTTA-MAUÉS, M. A. *Pesca de homem/peixe de mulher (?)*: repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras. *Etnográfica*, Lisboa, v. III, p.37. 7-399, 1999.

ROUND, F. E. *Biologia das algas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1983.

SANTOS, B. S. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Fabris, 1988.

\_\_\_\_\_. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 2ª ed. Lisboa: Biblioteca das ciências do Homem/Edições Afrontamento, 1989.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Ed. SOS CORPO – *Gênero e Cidadania*. Recife, 1995, 30 p.

WOORTMANN, Ellen F., 1992, “Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades ‘Pesqueiras’”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 41-61.